
O EUROCENTRISMO DO TESTEMUNHO: RELATOS DE VIAGEM NO RIO GRANDE DO SUL DO SÉCULO XIX

Maria Angélica Zubaran

O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento (para evocar a etimologia) que ele traz, devem ser em primeiro lugar analisados, desmistificando-lhe o seu significado aparente.

(Jacques Le Goff, *História e memória*)

A relevância deste estudo se insere, em primeiro lugar, dentro da tendência historiográfica de levantamento sistemático e releitura crítica da literatura de viagem como fonte documental. Partilhamos aqui da idéia exposta por Ana Maria Belluzzo¹ de que a percepção não é um registro passivo do mundo exterior e não pode ser tomada por uma simples operação retiniana. Portanto, julgamos importante enfatizar as relações entre o relatos dos viajantes e os projetos culturais que informaram suas leituras dos povos nativos da América do Sul no século XIX. Partimos do pressuposto teórico que a literatura de viagem teve enorme importância na formação de uma estrutura de atitudes e de referências para europeus e não-europeus, e, neste sentido, contribuiu para a construção de identidades.²

Nosso objetivo é analisar a produção cultural das imagens sobre o “outro” afro-brasileiro, na condição de escravo ou liberto, nos relatos dos viajantes europeus que visitaram o Rio Grande do Sul no século XIX. Examinaremos em que medida as imagens dos viajantes europeus sobre o “outro” afro-brasileiro reafirmaram, criticaram ou rejeitaram os pressupostos hegemônicos e valores de significado dominante no pensamento europeu do século XIX. Esta análise nos permitirá compreender por que o discurso de um determinado período e lugar tendeu a enfatizar certas concepções e a evitar que seus autores percebessem e comentassem outros aspectos.³

Maria Angélica Zubaran é coordenadora e professora no Departamento de História da Ubra.

Os relatos de viagem – uma das formas mais antigas de literatura – têm sido objeto de estudo de especialistas de vários campos do conhecimento. No entanto, apesar da notória contribuição geológica, zoológica, botânica e etnográfica dos relatos de viagem, particularmente como testemunho e registro da vida cotidiana, é ainda marcante, na produção acadêmica, a leitura dos relatos de viajantes europeus como transparência empírica da realidade. Os autores da chamada historiografia rio-grandense tradicional,⁴ baseados em uma interpretação *prima facie* dos relatos de viajantes estrangeiros, particularmente de Nicolau Dreys (1990) e Saint-Hilaire,⁵ sustentaram uma visão idílica das condições de vida dos escravos nas *estâncias gaúchas* e defenderam a idéia de uma escravidão amena no Rio Grande do Sul em comparação com outras províncias. Fernando Henrique Cardoso (1977, p.113-123) denunciou esse tipo de argumentação como “o mito da democracia racial gaúcha” e enfatizou sua perspectiva etnocêntrica. Nessa mesma direção, Robert Slenes salientou que a leitura positivista das narrativas dos viajantes europeus foi decisiva para criar a imagem da promiscuidade sexual e instabilidade familiar dos escravos que ainda caracteriza um número significativo de estudos históricos.⁶

Recentemente, as interpretações sobre a literatura de viagem centram-se no processo pelo qual as imagens foram construídas, ou seja, o foco deslocou-se do produto final para os critérios europeus de representação que mediaram a construção das imagens do “outro”. Jill Fitzell salientou dois temas importantes para serem considerados na interpretação dos relatos de viagem. O autor considera que, por um lado, as detalhadas descrições dos viajantes sobre a vida cotidiana, baseadas em dados empíricos, contribuem para a recuperação do conhecimento histórico e etnográfico e, por outro, que a articulação dos argumentos dos viajantes em um discurso contribui para o conhecimento dos próprios viajantes europeus e de suas práticas hegemônicas, refletindo, portanto, um projeto ideológico mais amplo: o do expansionismo cultural europeu.⁷ Já Peter Burke salienta a importância das narrativas de viagem como fontes eloqüentes para a história cultural. Na sua opinião, tratam-se de preciosos documentos sobre encontros culturais entre culturas distantes e desconhecidas, revelando tanto a percepção da distância cultural como a tentativa de “traduzir” a cultura desconhecida em algo familiar.⁸ Neste sentido, o autor enfatiza a necessidade de identificar os aspectos retóricos das descrições de viagem, as convenções literárias e os temas que se repetem nas narrativas de viagem. Nesta mesma direção da história cultural, e enfatizando o aspecto político das narrativas de viajantes do

século XIX, encontramos a vertente teórica dos críticos do pós-colonialismo, salientando que a produção de imagens sobre outra cultura é uma prática política que contribuiu para reforçar os valores dominantes do euroimperialismo ocidental ou para estimular a revisão das concepções do europeu sobre si mesmo. Em outras palavras, para os teóricos do pós-colonialismo, trata-se de compreender de que modo as representações dos viajantes europeus ocidentais construíram os habitantes do mundo não-europeu para os leitores metropolitanos e desta forma contribuir para a descolonização do conhecimento sobre o “outro”. A categoria do “outro” tem sido utilizada para adotar a perspectiva da alteridade nos relatos sobre o contato entre colonizador e colonizado, entre o Ocidente metropolitano moderno e seus territórios ultramarinos. Como esclarece Edward Said (1995, p.27), se este tipo de pensamento “identitário”, baseado na existência de um “nós” e um “outro”, remonta à concepção grega sobre os bárbaros, no século XIX, se tornou a marca registrada das culturas imperialistas através da construção polarizada e hierárquica da suposta superioridade do europeu ocidental diante da suposta inferioridade do “outro”, não-europeu.

Fundamental ainda, neste exercício de reinterpretação dos relatos de viagem, é considerarmos o público para o qual os viajantes escreveram. No século XIX, seus relatos foram escritos para informar e entreter uma audiência européia composta por leitores assíduos dos trabalhos de artistas e cientistas que viajavam para lugares desconhecidos, exóticos e diferentes, relatando sobre estética, geografia, agricultura, mineralogia, botânica, modos e costumes estrangeiros. A emergência desse leitor europeu de classe média educada estimulou o desenvolvimento de revistas especializadas em literatura de viagem, como, por exemplo, *Le Tour du Monde*, inteiramente dedicada a relatos de viajantes europeus.⁹ É importante salientarmos que as informações dos viajantes europeus resultaram também de suas interações com as elites nativas que eram seus maiores interlocutores sociais. Neste sentido, Mary Louise Pratt usa o conceito de transculturação para explicar a produção de significados no mundo colonial e, particularmente, para evitar uma perspectiva difusionista na abordagem da literatura de viagem, lembrando-nos da importância de considerarmos a capacidade de automodelagem dos crioulos. A escolha do século XIX, como espaço de tempo privilegiado deste trabalho, decorre do fato de que, embora a história do imperialismo britânico no Brasil tenha ocupado um papel mais sistemático na segunda metade do século XIX, já no início do oitocentos ele havia penetrado e alterado o estilo das famílias aristocráticas e burguesas de diversas maneiras. Com

a vinda de D. João VI e da corte portuguesa para o Rio de Janeiro, em 1807, e o conseqüente fim do exclusivismo português, inaugurou-se um período de redescoberta do Brasil pelos europeus, particularmente ingleses, alemães e franceses. Outro fato igualmente importante para a vinda de viajantes-naturalistas para o Brasil foi o casamento, em 1817, de Dom Pedro I com a princesa austríaca Dona Leopoldina, de cuja comitiva nupcial fizeram parte naturalistas, minerólogos e pintores, entre eles, os naturalistas Martius e Spix, responsáveis pela organização da obra *Flora brasiliensis*, composta de quarenta volumes de descrições e ilustrações de plantas do Brasil. Nesta época, o fluxo de estrangeiros para o Rio de Janeiro conferiu um caráter cosmopolita às principais cidades do Brasil, que passaram a ser sistematicamente visitadas. Se alguns viajantes estrangeiros vieram por curiosidade pessoal, seguindo a máxima do *Emílio*, de Jean-Jacques Rousseau, de viajar para ilustrar-se, a grande maioria dos viajantes eram diplomatas, cientistas naturalistas e comerciantes. Como lembra Miriam Moreira Leite (1993, p.26), freqüentemente, os artistas faziam parte das expedições científicas, tendo produzido uma iconografia preciosa, das quais as de Debret e de Rugendas foram as mais divulgadas. O projeto dos viajantes europeus do século XIX consistia em produzir aquilo que eles denominavam “informação”, caracterizado, particularmente, pela preocupação com o progresso científico, com a coleta de dados e a divulgação do conhecimento empírico.¹⁰ De acordo com Pratt (1999, p.121), essas narrativas de viagem conectaram dois processos globais que tinham sido ideologicamente cindidos: a expansão do edifício de conhecimento de história natural e a expansão do sistema do mundo capitalista”.

Os viajantes europeus – mais especificamente do norte da Europa – que estiveram no Rio Grande do Sul, no século XIX, cujos escritos de viagem serão aqui analisados, são, em ordem cronológica, o comerciante inglês John Luccock, o naturalista amador e comerciante francês Arsène Isabelle e o capitão austríaco Joseph Hörmeyer, todos de classe média e que publicaram suas narrativas de viagem em vida, entre os anos de 1808 e 1850. Esses viajantes, entre outros, foram os principais produtores de imagens do Rio Grande do Sul para o imaginário europeu.¹¹ Suas obras revelam-se particularmente comprometidas tanto com o modelo naturalista de Alexander von Humboldt, cuja obra *Narrativa pessoal de viagens às regiões equinociais do Novo Continente durante os anos 1799-1804* tornou-se a bíblia de seus sucessores naturalistas, como com as figuras retóricas do discurso euroimperialista do século XIX. Como salienta Said, o vocabulário da cultura imperial oitocentista está

repleto de palavras e conceitos tais como “raças servis” ou “inferiores”, “povos subordinados” ou “menos avançados”, entre outras. Os viajantes europeus do século XIX revelaram ainda, em suas narrativas, os itinerários recomendados nos livros sobre “a arte de viajar”. Como mostra Peter Burke (1997, p.94-95), as instruções de “como viajar” eram um gênero literário estabelecido já no século XVII.

Na narrativa desses viajantes-autores, como nos escritos de Humboldt, a posição central é ocupada pela paisagem, e a sociedade local ocupa um espaço secundário. O descritivismo minucioso, outra das características do olhar naturalista, é também marcante nesses relatos. No entanto, a retórica é pragmática, de conquista econômica, de desenvolvimento e de progresso, própria do discurso euroimperialista do século XIX. A linguagem da missão civilizadora está presente, particularmente na noção de que existe um “nós” e um “outro”, cada qual construído a partir da oposição hierárquica entre a suposta superioridade do “nós” europeu, associada à cultura ocidental, e a suposta inferioridade do “outro nativo”. Segundo Pratt, esta noção esteve presente tanto no discurso colonial como aplicada, também, às populações pós-coloniais da América hispânica.

Entre os viajantes europeus que visitaram o Rio Grande do Sul no século XIX, um número significativo era composto de oficiais alemães, devido ao estado de guerra do Rio Grande do Sul com as repúblicas do Prata e à intensa imigração alemã na Província.¹² Este é o caso do viajante austríaco Joseph Hörmeyer (1824-1873), que veio a Porto Alegre nos anos 1850, juntamente com dois outros imigrantes alemães que se tornaram rio-grandenses notáveis: Karl Jansen e Karl von Koseritz.¹³ O capitão Hörmeyer foi um membro da Liga alemã, os famosos Brummers, contratado pelo governo imperial, em 1851, para unir-se às tropas luso-brasileiras na campanha contra o ditador argentino Juan Manuel Rosas. Hörmeyer escreveu seu livro subsidiado pelo governo brasileiro para atrair “a população alemã que desejava imigrar” para a Província. Apesar de sua experiência como capitão de infantaria, seu livro não mostra qualquer preferência por questões militares, mas, fundamentalmente, visa promover a imagem do Rio Grande do Sul entre os emigrantes alemães. Hörmeyer escreve seguindo as receitas do gênero da literatura de viagem, particularmente do viajante naturalista, cuja narrativa central trata da paisagem, enquanto a população nativa é representada separadamente em retratos descritivos, “como se em pátrias textuais de reservas, onde são arrancados do tempo para que sejam preservados, contidos, estudados, admirados, detestados, compadecidos, lamentados”.¹⁴ Seus comen-

tários sobre os escravos são descrições genéricas, apresentadas na seção dedicada a “retratos dos modos e costumes da população rio-grandense”, complementando a narrativa da paisagem. Seu retrato da escravidão no Rio Grande do Sul busca, claramente, transmitir uma visão amena do sistema escravocrata na Província e humanizá-lo através de uma imagem paternalista, provavelmente em harmonia com as expectativas de sua audiência européia e em conformidade com suas fontes nativas de informação. Convém lembrar, ainda, que na condição de livro solicitado e financiado pelo governo brasileiro, é possível que se abstinhasse de revelar aspectos negativos sobre a sociedade escravista rio-grandense.

Nas palavras de Hörmeyer, “era notável através do tempo que os portugueses e seus descendentes fossem os senhores mais brandos de escravo; e isso valia em especial para os brasileiros, onde reina entre senhores e escravos uma relação verdadeiramente patriarcal”.¹⁵ Vale destacar, nessa época, a popularidade da imagem da escravidão patriarcal, divulgada no livro de Beecher Stowe, *A cabana do pai Tomás*, que teve duas publicações no Brasil durante os anos 50.¹⁶ Hörmeyer não apenas aceita a escravidão patriarcal, como, também, usando de uma linguagem inequivocamente imperialista, defende a necessidade dos escravos serem punidos corporalmente quando se comportassem mal ou se rebelassem. Como afirma Said, referindo-se à retórica imperialista, “‘eles’ não eram como ‘nós’ e por isso deviam ser dominados”.¹⁷ Na opinião de Hörmeyer, o castigo era utilizado “assim como um pai castiga seu filho renitente”.¹⁸ Silva Hunold Lara (1985, p.234) salienta que esse caráter pedagógico e disciplinador do castigo exemplar, inscrito no corpo do escravo, visava tanto à afirmação senhorial da dominação quanto ao aprendizado escravo da submissão. A imagem dos escravos como filhos de seus senhores acentua tanto os traços paternalistas da relação senhor/escravo como a suposta inferioridade dos negros, que retratados como escravos-crianças tornam-se dependentes da proteção dos seus pais. Por outro lado, a noção do escravo infantilizado reforça a idéia de que, como as crianças, os escravos são imprevisíveis, pouco confiáveis e capazes de se tornarem “intratáveis”, merecendo, portanto, a punição do pai. Hörmeyer argumenta que “os negros tornam-se, muitas vezes, ‘incorrigíveis’ sendo seu dono obrigado a vendê-los [...] para que a ovelha sarnosa não contamine o rebanho”.¹⁹ Aqui a metáfora da doença é um exemplo da estética negativa do olhar imperial, que vê o outro como o degenerado, o atrasado, o submisso. A associação que Hörmeyer faz entre escravos e ovelhas, bestializando os primeiros, corrobora as reivindicações dos viajantes estrangeiros da supremacia da raça branca e marca o distanciamento cultural entre o europeu e o seu “ou-

tro”, afro-brasileiro. Segundo David Brion Davis (1966, p.452-453), esta noção de que os negros tiveram uma origem separada do resto da humanidade ganhou popularidade no final do século XVII com o crescimento do comércio internacional de escravos.

Ainda, como afirma Ana Maria Belluzzo (1994, p.13), as representações das cidades revelam não o idem mas o alter aos olhos dos viajantes. Ou, como salienta Peter Burke (1997, p.99-100), é o senso de distância cultural que prevalece nas descrições dos viajantes. É pois, como registro do peculiar, que os viajantes revelam o impacto do olhar diante da cidade negra, da cidade África. Um tema constante em seus relatos foi a existência dos escravos de ganho que, com seu trabalho, sustentavam os seus senhores. Os viajantes estranham e enfatizam a preguiça dos senhores rio-grandenses.²⁰ Hörmeyer sublinha a “ociosidade” dos senhores de escravos ao descrever o funcionamento do sistema de ganho na cidade de Porto Alegre. Ele afirma:

Normalmente, o dono dá ao seu escravo permissão para trabalhar na cidade por dinheiro; contudo, o mesmo deve entregar-lhe, cada tarde, uma ou uma e meia pataca, (8 para 12 Groschen de prata); quando porém volta para fazer as refeições em casa, deve entregar, geralmente, pagar duas patacas (16 Groschen de prata) [Um Groschen de prata equivalia a 40 réis]. Disso resulta que uma família pobre, que possui dois ou três escravos, possa viver decentemente, apesar de sua ociosidade. (Hörmeyer, 1986, p.28)

Como nota Thomas Skidmore (1993, p.53), a descrição dos portugueses ou seus descendentes como indolentes é derivada da idéia da “degeneração latina”, endossada pela teoria da superioridade ariana, e amplamente acatada pela elite brasileira. Contudo, mesmo considerando-se que o estereótipo do “nativo preguiçoso” foi presença constante na literatura de viagem, a dependência dos senhores rio-grandenses dos ganhos de seus escravos urbanos é fato comprovado nos estudos sobre a escravidão urbana em Porto Alegre.

Quando comenta a participação dos escravos nas procissões católicas em Porto Alegre, o viajante Hörmeyer (1986, p.79) revela, mais uma vez, uma retórica imperialista, naturalizando o domínio dos senhores. Ele escreve:

Os meios de conter uma tão numerosa massa de escravos que quase perfazem um terço de toda a população, oferece-nos a Igreja Ca-

tólica. Os muitos dias de festas, as procissões e fogos de artifício ligados a isso, e os dias de descanso dos escravos fazem dos mesmos sem que entendam muito daquilo, os mais fervorosos adeptos da igreja [...] e rara vezes o cortejo de um dos santos consta de menos de 2.000 escravos de todas matizes, tagarelando e gritando.

Hörmeyer constrói o “outro” na procissão católica como incapaz de refletir sobre seus próprios atos, em outras palavras, “eles” são facilmente manipulados para servir o propósito de controle de seus senhores. Outrossim, a inferioridade dos escravos é reelaborada quando Hörmeyer alude negativamente aos padrões da fala dos escravos, que falam diferente do branco “civilizado”.

Outro tema constante nos relatos dos viajantes europeus no Rio Grande do Sul foi o valor negativo atribuído ao trabalho manual na sociedade rio-grandense, sempre associado à condição social de escravo. Hörmeyer (1986, p.65) mencionou: “O costume do país proíbe [...] aos homens de carregar qualquer pacote, mesmo um livro, na rua; para isso existem os negros”. Tal afirmação evidencia que mesmo um viajante estrangeiro podia perceber que nas cidades do Rio Grande do Sul, assim como em outras cidades do Brasil, o trabalho manual estava associado à condição de escravo.²¹ O viajante francês Arsène Isabelle (1806-1879),²² negociante e naturalista amador (amigo e colaborador de Bonpland), viajou de Buenos Aires, onde estava vivendo desde 1830, à província do Rio Grande do Sul e às Missões Orientais do Uruguai entre 1833 e 1834. Já em seu primeiro comentário sobre a escravidão em Porto Alegre, Arsène Isabelle denuncia os europeus por promoverem o comércio clandestino de escravos. Referindo-se provavelmente aos comentários do viajante Saint-Hilaire ele afirma:

Viajantes que foram testemunhas da bárbarie impiedosa dos colonos franceses e ingleses puderam achar o jugo dos escravos mais suportável, no Brasil; mas eu que vi negros livres, trabalhadores, fazendo viver os brancos, na categoria de homens, na República Argentina e banda oriental, peço que me seja permitido achar sua sorte deplorável no Brasil e revelar a infâmia dos europeus que não tem vergonha de levar a imoralidade a ponto de fazer ainda clandestinamente o comércio de carne humana! (Isabelle, 1983, p.59)

Esta afirmação de Isabelle relaciona-se, ainda, ao fato de que, nos países do Prata, a escravidão fora abolida nas décadas de 1840 e 1850,

enquanto, no Rio Grande do Sul, os negros continuavam escravizados. Utilizando-se de uma estratégia muito comum aos escritores-viajantes, no sentido de reforçar a verossimilhança de seus relatos, Isabelle enfatiza a sua condição de viajante testemunho, diferenciando-se, porém, na sua crítica à escravidão: “[...] tereis sofrido como eu, vendo as cenas mortificantes de que fui testemunho, mas vossa indignação, vosso sofrimento teria caído como um raio no meio destes homens que ousam dizer-se civilizados...” (1983, p.59)

Nas descrições que Arsène Isabelle faz da cidade de Porto Alegre,²³ pode-se notar que, além da visão pitoresca própria do viajante europeu, há uma visão humanista, possivelmente relacionada ao ideário da Revolução Francesa, ou à sua condição de liberal e exilado político, em que o tema da escravidão é abordado criticamente, na perspectiva de uma estética negativa. Ele afirma: “Humanizemo-nos e tratemos de descrever, mesmo de maneira vulgar, o pitoresco de uma cidade do Brasil cujo nome, certamente feliz, está longe de dar uma verdadeira idéia” (1983, p.53).

Dentre os edifícios que Isabelle descreve²⁴ está o da alfândega, perto do cais do porto do Guaíba, onde o viajante observou e representou os escravos carregadores como “burros de carga”. Conforme o seu relato:

Os fardos, por pesados que sejam, são transportadas pelos negros para o pátio da alfândega para serem vistoriados; dali outros negros (porque a raça africana desempenha no Brasil a profissão de cavalos e mulas) os transportam para seus respectivos destinos. (p.291)

Também quando retrata os escravos nas ruas, Arsène Isabelle (p.56) os vê embrutecidos, animalizados: “Estais sempre só nesta rua porque não é possível, decentemente, [...] vos crerdes acompanhado, em meio de negros embrutecidos, circulando misturados com bodes e cabras que se apinham na via pública”.

Como lembra Brookshaw, o estereótipo de escravos como bestas de carga esteve também presente na narrativa dos escritores naturalistas brasileiros depois dos anos 1880, particularmente em *Motta Coqueiro*, de José do Patrocínio, e nos poemas de Fagundes Varela.²⁵ O cronista local Achylles Porto Alegre evidenciou, também, a circularidade cultural desse estereótipo ao descrever as atividades dos escravos carregadores. Ele diz: “Aqueles que mais concorreram para povoar o Brasil, no papel de burros de carga, certamente vieram da Guiné, Congo e Moçambique [...]”.²⁶ No entanto, é importante salientar que, na narrativa de Isa-

belle (1983), em contraste com os relatos de Jonh Luccock, os negros não foram representados como indolentes ou ineficientes, mas como "... homens laboriosos, trabalhadores, aqueles que têm necessidade de exercitar mais a sua inteligência, mas que têm a desgraça de ser escravos e, sobretudo de ser negros!" Percebe-se, portanto, uma certa ambigüidade no discurso de Isabelle, que representa os negros como "brutos" não para inferiorizá-los, mas em função da condição embrutecedora da escravidão e do racismo. O viajante europeu havia percebido os códigos culturais locais e os significados de "ser negro" no Brasil da primeira metade do século XIX, onde a cor da pele ainda era o mecanismo mais importante de diferenciação social, diretamente associada à condição de escravo e aos maus tratos. Esta ambigüidade manifesta-se também quando, por um lado, reforça o estereótipo do escravo "burro de carga" e, por outro, critica o mau trato aos escravos no Rio Grande do Sul. Seu retrato do *pelourinho* em Porto Alegre é uma das poucas imagens do açoitamento público de escravos em relatos de viagem ao Rio Grande do Sul no século XIX. Ele afirma:

*Cada dia, das sete às oito horas da manhã, pode-se assistir, em Porto Alegre, a um drama sangrento [...] Vêreis uma coluna erguida num maciço de alvenaria a ao pé... uma massa disforme, alguma coisa certamente pertencendo ao reino animal, mas que não podeis classificar entre bímanos e bípedes... é um negro! Um negro condenado a duzentas, quinhentas, mil, seis mil fustigadas de relho! Passai, retirai-vos dessa cena de desolação; o infortunado tem apenas membros mutilados, que mal se reconhecem, sob os farra-
pos ensangüentados de sua pele murcha. (1983, p.67)*

Nesta cena, a imagem repetida do negro animalizado, não-homem, funde-se com a tradição do escravo "vítima infeliz", sofredor e agonizante, que desperta a empatia e compaixão do autor. A visão extremamente crítica de Isabelle sobre o mau trato dos escravos no Rio Grande do Sul resultou em uma avaliação negativa de sua obra pela historiografia rio-grandense tradicional. Dante de Laytano acusou o trabalho de Isabelle de "má literatura" e afirmou sua "má vontade" para com o Rio Grande.²⁷ Já Augusto Meyer manifestou opinião contrária, afirmando, no prefácio de outro livro de Isabelle, *Emigração e colonização*, não ver fundamento na idéia da aversão de Isabelle ao Rio Grande do Sul. Apesar da polêmica, a imagem do escravo infeliz e desafortunado, vítima dos maus tratos de senhores cruéis, foi reapropriada nos dis-

cursos de cronistas locais e também no discurso abolicionista.²⁸ Um exemplo é o relato do cronista Achylles Porto Alegre sobre os escravos fujões em Porto Alegre:

*Os “negros fugidos” iam esconder-se de seus implacáveis e desumanos senhores, que, quando os conseguiam apanhar, com o auxílio do “capitão do mato”, os retalhavam a vergalho até lhes arrancar, com o couro e o sangue, a alma do corpo.*²⁹

John Luccock (1770-1826),³⁰ comerciante britânico de Yorkshire, mudou-se com sua família para o Rio de Janeiro, em 1808, para dirigir uma firma têxtil, um ramo da firma Luptons & Luccock. Lá ele encontrou o mercado já saturado por produtos ingleses e, em 1809, decidiu viajar às províncias do sul do Brasil e a Buenos Aires para comercializar. De fato, vale a pena lembrar que, com a transferência da família real portuguesa para o Brasil, em 1808, todo o comércio inglês com Portugal foi transferido para o Brasil, e os ingleses adquiriram grande importância no comércio estrangeiro, expandindo sua presença na vida urbana brasileira.

Luccock é um exemplo do que Pratt (1999, p.252) chama “a vanguarda capitalista”, constituída principalmente de britânicos que viajaram à América do Sul, no início do século XIX, como arautos da expansão econômica européia. Em seus relatos, a América do Sul é geralmente mencionada como atrasada, indolente e incapaz de explorar seus recursos naturais, é o “atraso” da América do Sul que legitima a intervenção dessa vanguarda capitalista. Luccock dedica os capítulos VI e VII do seu livro de viagens ao Rio Grande do Sul,³¹ onde ficou dois meses comerciando com os rio-grandenses do interior, e visitando as cidades de Rio Grande, Pelotas e Porto Alegre. Sua avaliação das condições de vida do escravo no Rio Grande do Sul, assim como no relato de Hörmeyer, é otimista (Luccock, 1820, p.200). Ele comenta:

Nada vi, porém, que demonstrasse qualquer depravação peculiar no seio da população negra local; ao contrário, mesmo pelo fato de serem menos numerosos, pareceram-me melhores e mais felizes [...] Na cidade, pareceu-me que a situação deles era tão boa quanto lhes podia permitir sua mentalidade e costumes. (Luccock, 1820, p.201)

O estereótipo do negro “depravado” corresponde ao oposto da noção do “branco britânico moral”, uma evidência do emprego do tropo

do mundo de ponta-cabeça, recorrente nos discursos de viajantes europeus.³² O viajante Luccock (1820, p.135) descreve, também, a participação de escravos artesãos no mercado urbano. Ele comenta:

Há grande escassez, aqui, de artesãos livres, creio que há apenas um ferreiro, um sapateiro, um ou dois carpinteiros [...] e como consequência disso não somente são aqueles escravos muito disputados como ainda bastante estimados pelas suas prendas para que seus senhores os protejam de fadigas excessivas e maus tratos.

Fernando Henrique Cardoso (1977, p.151) baseou-se no relato de Luccock para argumentar que tanto o escravo artesão como o escravo doméstico eram mais valorizados e mais bem tratados por seus senhores, especialmente o escravo artesão. É possível, com base na historiografia recente, relativizar as afirmações do viajante inglês Luccock e de Cardoso com respeito ao bom tratamento dispensado ao escravo artesão. Em concordância com as interpretações de João Reis, Eduardo Silva, Marilene da Silva Nogueira, Emilia Viotti da Costa e Hebe de Castro, gostaríamos de enfatizar, particularmente nas cidades, o processo contínuo de negociação entre senhores e escravos baseado na reciprocidade de obrigações e privilégios.³³ Como Emilia Viotti da Costa (1994, p.73) apontou em seu trabalho sobre a rebelião de escravos em Demerara: “Enquanto os senhores sonhavam com o domínio total e a obediência cega, os escravos percebiam a escravidão como um sistema de obrigações recíprocas. Eles assumiam que entre os senhores e escravos havia um contrato não falado, um texto invisível que definia regras e obrigações”. Portanto, nosso argumento é que os privilégios concedidos aos escravos domésticos ou artesãos resultaram da capacidade de negociação e pressão dos próprios escravos, eram sempre precários e podiam ser retirados se os escravos não cumprissem com suas obrigações. O menor escorregão, mesmo no caso do escravo doméstico ou artesão, podia significar a perda dos privilégios e até mesmo maus tratos.

Como já havíamos apontado anteriormente, Luccock representou os negros como indolentes e improdutivos. Ele escreve: “Pode bem ser que os pretos achem excessivo um trabalho diminuto; [...] Quando se encontra algum deles vadiando à toa e se lhe aconselha a tomar qualquer serviço, a resposta mais comum é: Eu já ganhei meu dia...” (Luccock, 1820). A imagem do negro indolente era o contraponto à imagem do trabalhador livre produtivo que marcou a ideologia liberal triunfante no século XIX. Rebecca Scott ao analisar a escravidão cubana

no final do século XIX, mostrou o contrário, que o trabalho das usinas mais produtivas e mecanizadas de Cuba era todo realizado pela mão-de-obra escrava.³⁴ As imagens de Luccock sobre a indolência dos negros foram contestadas não apenas por Isabelle, mas, também, por Hörmeyer (1986, p.75) que, ao avaliar o mercado de trabalho urbano da perspectiva dos imigrantes alemães, afirmou: “Se não fosse o costume dos escravos desempenharem aqui as mais diversas ocupações, o Brasil seria [...] a Canaã para os nossos artesãos alemães”.

Por outro lado, Luccock assumiu uma posição crítica na denúncia do racismo rio-grandense. Como Isabelle, Luccock (1820) perceberá que a cor da pele era a marca da condição social e da subordinação. Ele afirma:

... parece por toda a parte bastante que uma pessoa tenha a tez de um preto para que se designe como objeto sobre o qual a tirania se pode exercer. Tal é o quinhão da escravatura, e quando um despota necessita de serviços não se dá ao trabalho de indagar se um preto é escravo ou forro.

As imagens da escravidão urbana registradas pelos viajantes britânico, francês e austríaco no século XIX, no Rio Grande do Sul, são exemplos significativos da relação entre cultura e poder nos contatos entre os viajantes europeus e as populações da América Latina. Seus relatos evidenciam as limitações e ambigüidades do discurso euroimperial masculino nas representações sobre o “outro nativo”. Mais especificamente, os viajantes estrangeiros aqui selecionados, influenciados por estereótipos e hierarquias do discurso euroimperial, produziram quatro imagens genéricas das experiências de escravos urbanos no Rio Grande do Sul: a do “escravo infantilizado”, a do “escravo burro de carga”, a do “escravo vítima infeliz” e a do “escravo indolente, improdutivo”. Apesar de suas ênfases diferenciadas, mesmo quando se contradizem, seus discursos têm um eixo comum: a representação do diferente como “outro”, definido em oposição hierárquica aos valores dominantes da civilização européia. Se existem momentos raros em que essa retórica superior do civilizado é rompida, é na denúncia da escravidão, do comércio ilícito de escravos, dos maus tratos. O olhar humanista rompeu por vezes o bloco ideológico e hegemônico do imperialismo e permitiu ao viajante europeu ver o “outro africano” como homem, mesmo que na condição de vítima. Portanto, é importante realçar os limites desse discurso euroimperial masculino, cuja retórica homogeneizante negligenciou questões de gênero e de diversidade cultural e tendeu a igualar todos os negros como simila-

res. Infelizmente, o acesso restrito das mulheres às viagens, e aos relatos de viagem em particular, impede-nos, até este momento, de contrastar as narrativas dos viajantes masculinos com as narrativas de mulheres viajantes no Rio Grande do Sul.³⁵

Concluiremos com uma interrogação provisória. Se, como testemunhas européias comprometidas culturalmente com o expansionismo imperial, os viajantes leram o outro rio-grandense como o seu oposto, se celebraram em suas narrativas a superioridade européia, como poderemos interpretar criticamente suas representações senão pela desconstrução da autoridade eurocêntrica de seus próprios testemunhos? Talvez, a tarefa inacabada consista ainda na construção da história interativa das representações européias, no sentido de evitarmos a interpretação autocentrada e recuperarmos a dimensão heteroglóssica dos relatos de viagem, ou seja, as interações entre os viajantes europeus e os “visitados” nativos.

NOTAS

1. Cf. Belluzzo, Ana Maria. *Um lugar no Universo*. São Paulo: Fundação Odebrecht, 1994. v.II, p.22.
2. Sobre as inter-relações entre literatura de viagem e identidade nacional, ver o estudo de Sandra Jatahy Pesavento sobre a obra de Stefan Zweig, Stefan Zweig: uma janela para a história (*pre-print*).
3. Cf. Pratt, Mary Louise. *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. São Paulo: EDUSP, 1999.
4. Dentre os historiadores da chamada historiografia tradicional rio-grandense destacam-se: Walter Spalding, Salis Goulart e Dante de Laytano.
5. “Não há, creio, em todo o Brasil, um lugar onde os escravos sejam mais felizes que nesta capitania. Os senhores trabalham tanto quanto os escravos, mantêm-se próximos deles e tratam-nos com menos desprezo. O escravo vive à vontade, não é mal vestido, não anda a pé e sua ocupação consiste em galopar pelos campos, coisa mais sadia que fatigante.” Saint-Hilaire, *Viagem ao Rio Grande do Sul 1820-1821*. Porto Alegre: Cia. Nacional Editorial, 1939, p.47.
6. Cf. Slenes, Robert. “Lares negros, olhares brancos: histórias da família escrava no século XIX”. *RBH*, São Paulo, v.18, n.16, mar.-ago. 1988.
7. Cf. Fitzell, Jill. Teorizando la Diferencia. In: Muratório, Blanca. *Imágenes y imagineros*. Quito/Ecuador: Flacso, 1994, p.67.
8. Cf. Burke, Peter. *Varieties of Cultural History*, p.94.
9. Cf. Fitzell, Joseph. Teorizando la Diferencia, p.41.
10. Cf. Kossoy, Boris e Maria Luiza Tussi Carneiro, *O olhar europeu: o negro na iconografia brasileira do século XIX*. São Paulo: EDUSP, 1994.

11. Dentre outros viajantes europeus que visitaram o Rio Grande do Sul no século XIX estão: Auguste de Saint-Hilaire, Nicolau Dreys e Robert Avé-Lallement.
12. Segundo Abeillard Barreto, o número de livros escritos por autores alemães sobre o Rio Grande do Sul, no século XIX, soma mais de cinquenta títulos. Cf. Barreto, Abeillard. *Viajantes estrangeiros no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Gráfica da UFRGS, 1962, p.32.
13. Seu livro faz parte de uma significativa bibliografia alemã sobre o Rio Grande do Sul. O livro foi publicado no Coblenza, em 1854, e traduzido para o português em 1986.
14. Cf. Pratt, Mary Louise. Scratches on the face of the the country; or What Mr. Barrow saw in the Land of the Bushmen. *Critical Inquiry*, v.12, Autumn, 1985, p.127.
15. Cf. Hörmeyer, *O Rio Grande do Sul de 1850*, p.28.
16. Cf. Brookshaw, David. *Race and color in Brazilian literature*. London: The Scarecrow Press, 1986.
17. Cf. Said. *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p.12.
18. Hörmeyer, *História do Rio Grande do Sul*, p.72.
19. Cf. Hörmeyer, *O Rio Grande do Sul de 1850*, p.78.
20. Segundo Burke, este foi um estereótipo amplamente divulgado no caso dos europeus orientais, quando os viajantes comentam sobre a “preguiça” e a “indolência” dos malaios, filipinos e javaneses. Cf. Peter Burke, *Varieties of cultural history*, p.95.
21. Para mais detalhes sobre a desvalorização do trabalho manual, ver Kowari-ck, Lúcio. *Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
22. As datas do nascimento e morte de Isabelle seguem o *Dictionnaire de Biographie Française*. Paris: Librairie Letouzey et Ané, 1989, p.198-199, e diferem do apresentado por Abeillard Barreto em *Bibliografia sul-riograndense*. Rio de Janeiro: Conselho de Cultura Federal, 1973, depois reproduzido na tradução para o português de Dante de Laytano em 1946.
23. O livro de Isabelle, *Voyage à Buenos Aires et à Porto Alegre, par la Bande-Orientale, les Missions de l'Uruguay et la Province de Rio Grande do Sul (de 1830 à 1834), suivi de considérations sur l'état du commerce français à l'extérieur et principalement au Brésil et au Rio de la Plata*, foi dedicado para “o comércio do Havre”, onde foi publicado em 1835. Os capítulos no Rio Grande do Sul foram traduzidos para o português por Dante de Laytano, sob o título *Viagem ao Rio Grande do Sul (1830 a 1834)*, no ano de 1946. Uma segunda edição foi publicada em 1982.
24. Também Isabelle parece ter seguido as receitas dos livros sobre a arte de viajar, uma vez que a estrutura de seu livro segue os itinerários recomendados a todos os viajantes. O capítulo IV é dedicado à cidade de Porto Alegre.
25. Cf. Brookshaw, David. *Race and color in Brazilian literature*. New Brunswick: Scarecrow Press, 1986, p.30.

26. Cf. Porto Alegre, Achylles. *História popular de Porto Alegre*. Porto Alegre: Prefeitura Municipal, p. 164-165.
27. Laytano, Dante. *Viagem ao Rio Grande do Sul (1830 a 1834)*, p. 121.
28. A Sociedade Abolicionista Rio Branco assim se manifestou: "Nós que somos adeptos fervorosos da idéia da abolição completa da escravatura, [...] convidamos o senhor Vasconcellos para que prossiga na sua nobre propaganda em favor desses míseros deserdados da fortuna". *O Século*, 11 de novembro, 1886, p. 3.
29. Cf. Porto Alegre, Achylles. *História popular*, p. 41.
30. Ver Luccock, John. *Notes on Rio de Janeiro and the Southern Parts of Brasil; taken during a residence of ten years in that country, from 1808 to 1818*. London: Samuel Leigh in Strand, 1820.
31. Uma tradução parcial dos dois capítulos dedicados ao Rio Grande do Sul foi publicada em uma edição comemorativa por ocasião do centenário farroupilha, em 1935.
32. De acordo com Burke, o sentido de distância entre os viajantes europeus e o lugar visitado era algumas vezes tão intenso, que os leva a utilizarem, em suas descrições, o tropo do mundo de ponta-cabeça. Cf. Burke, *Varieties of cultural history*, p. 100.
33. Para uma opinião contrária, ver Jacob Gorender, *Escravidão reabilitada*. São Paulo: Ática, 1990.
34. Cf. Scott, Rebecca. *Slave Emancipation in Cuba: The transition to free labor, 1860-1899*. Princeton: Princeton University Press, 1985.
35. Para um relato de mulher-viajante do século XIX sobre as cidades de Salvador e Rio de Janeiro, ver Maria Graham, *Journal of a voyage to Brazil, and residence there during the years of 1821-23*. London: Longman, 1824.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BELLUZZO, Ana Maria. *Um lugar no Universo*. São Paulo: Fundação Odebrecht, 1994, v. III.
- BURKE, Peter. The discreet charm of Milan: english travellers in the seventeenth century. In: *Varieties of Cultural History*. New York: Cornell University Press, 1997.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- COSTA, Emilia Viotti da. *Crowns of Glory, Tears of Blood*. New York: Oxford University Press, 1994.
- DAVIS, Brion David. *The Problem of Slavery in the Western Culture*. Ithaca: Cornell University Press, 1966.
- DREYS, Nicolau. *Notícia descritiva da Província do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1990.
- HÖRMEYER, Joseph. *O Rio Grande do Sul de 1850: Descrição da Província*

-
- do Rio Grande do Sul no Brasil meridional*. Porto Alegre: Luzzato/EDU-
NI-Sul, 1986.
- ISABELLE, Arsène. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Caxias do Sul: Martins Li-
vreiro, 1983.
- LARA, Silvia Hunold. O castigo exemplar dos escravos no Brasil colonial. In:
Ribeiro, Renato Janine (org.). *Recordar Foucault*. São Paulo: Brasiliense,
1985.
- LEITE, Miriam Moreira. *A condição feminina no Rio de Janeiro*. São Paulo:
Hucitec, 1993.
- LUCCOCK, John. *Notes on Rio de Janeiro and the Southern Parts of Brasil;
taken during a residence of ten years in that country, from 1808 to 1818*.
London: Samuel Leigh in Strand, 1820.
- PRATT, Mary Louise. *Os olhos do império: relatos de viagem e transcultura-
ção*. São Paulo: EDUSP, 1999.
- SAID, Edward. *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- SKIDMORE, Thomas. *Black into white*. Durham: Duke University Press, 1993.